

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO L - 18 DE JANEIRO DE 2019

Enfim, meritocracia..



Veja nesta edição:

- 2 **Editorial:** Meritocracia nos olhos dos outros é refresco!
- 3 "Meritocracia" alça amigo de Bolsonaro à cargo de gerência na Petrobrás
- 4 Petrobrás anuncia retomada de privatizações no setor de E&P



EDITORIAL

Meritocracia no olho dos outros é refresco!

Em poucas semanas de governo já parece explícita a contradição entre o discurso (hipócrito) e a prática de Jair Bolsonaro. O governo que acabaria com a tal "mamata", em referência ao que era tratado como "aparelhamento do Estado" e "toma lá dá cá", tratou de distribuir cargos a aliados e amigos por critérios não necessariamente considerados "meritocráticos" ou "técnicos".

As indicações envolvendo um amigo pessoal do atual presidente para uma gerência da Petrobrás, assim como a decisão de promover o filho do vice-presidente, Hamilton Mourão, para o alto escalão do Banco do Brasil, simbolizam bem o quanto a demagogia do período eleitoral tem perna curta.

Mas, para além do estelionato eleitoral de Bolsonaro e sua equipe, é importante refletirmos sobre essa tal da meritocracia.

Hoje, com a responsabilidade de governar o País e responder à altíssima expectativa por melhorias para a população, Bolsonaro tem visto que meritocracia no olho dos outros é refresco.

Aquele que bradava aos quatro ventos contra indicações "políticas" e "ideológicas", hoje usa como principal critério de indicação o alinhamento político-ideológico de seu *staff*.

É natural que Jair Bolsonaro e Roberto Castello Branco busquem quadros de confiança política para cargos estratégicos em suas gestões.

Mas, quando desconsideram a necessidade mínima de qualificação ou passam por cima de procedimentos internos, demonstram total desrespeito ao bem público e à população brasileira.

No final das contas, o PCR - tão aclamado como uma nova era meritocrática na Petrobrás - foi completamente esculhambado para garantir a promoção de um amigo de Jair Bolsonaro.

Quando vemos até onde vai o compromisso dos poderosos com essa tal da meritocracia, cabe a nós repensarmos até onde essa ladainha faz sentido.

INFORMES

Petrobrás emperra negociação sobre PLR

Em comunicado enviado aos trabalhadores na última quarta-feira (16), a Petrobrás tentou culpar os sindicatos pela não assinatura do novo regramento para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) quando, na verdade, a empresa está se negando a negociar as reivindicações da categoria.

Apesar da rejeição da proposta pela categoria petroleira em assembleias realizadas no último mês de dezembro, a empresa voltou a se reunir com a FUP, mas não atendeu nenhuma das reivindicações da categoria. A única mudança foi em relação ao adiantamento que, inicialmente a empresa não garantia no novo regramento. Já na última proposta ela cogitou pagar o adiantamento.

No entanto, uma das principais reivindicações dos trabalhadores para a negociação da PLR é a retirada da cláusula que condiciona o direito à PLR ao Sistema de Consequências. Isso porque a proposta da empresa prevê a vinculação do pagamento da PLR ao Sistema de Consequências, punindo duplamente os petroleiros com descontos de 10% para os trabalhadores punidos com advertência por escrito e 20% para quem tenha sido punido com suspensão.

Além disso, a proposta traz um aumento de seis para oito indicadores para a PLR, incluindo um indicador financeiro e outro de produtividade, sendo que este último se baseia no efetivo de trabalhadores. Na prática significa que, se a Petrobrás lançar novos PIDV's ou fizer demissões, maior poderá ser o valor da PLR para quem ficar. Ou seja, os indicadores passam a ter um foco muito mais financeiro e mercadológico.

A PLR 2018 será paga pelo atual acordo, que é válido até março de 2019.

Departamento jurídico do Sindipetro/MG volta a funcionar a partir de 21

O atendimento do departamento jurídico do Sindipetro/MG volta a ser realizado normalmente a partir de segunda-feira (21), com plantão jurídico nas segundas, quartas e sextas-feiras de 10h às 12h e de 13h às 18h.

Já para esclarecimento de informações sobre processos ou agendamento de horários, a secretaria funciona de segunda à sexta de 9h às 12h e de 13h às 18h.

CALENDÁRIO

JANEIRO

21: volta do funcionamento do departamento jurídico do Sindipetro/MG;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG
Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br





“MERITOCRACIA” ALÇA AMIGO DE BOLSONARO A CARGO DE GERÊNCIA NA PETROBRÁS

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) já mostra incoerências em seu discurso: mesmo defendendo a meritocracia, presidente indica amigo que não atende aos pré-requisitos para ocupar a Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobrás

Apesar do discurso da meritocracia, tão caro à gestão da Petrobrás, este foi completamente desconsiderado para alçar à Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da companhia um amigo pessoal do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL).

Carlo Victor Guerra Nagem é capitão-tenente da reserva da Marinha e funcionário da Petrobrás há 11 anos. Nesse período, porém, ele se licenciou em duas ocasiões para disputar cargos legislativos pelo Partido Social Cristão (PSC), com apoio do presidente eleito.

Na última sexta-feira (11), em sua conta oficial do Twitter, Bolsonaro defendeu a indicação de Nagem alegando que o amigo tem um currículo com várias atribuições externas que o qualificam para o cargo. Antes disso, em outro post que foi apagado da rede social, ele alardeou a escolha como fim das indicações sem capacidade técnica.

No entanto, de acordo com critérios de seleção indicados pela própria Petrobrás, Nagem não poderia assumir a função. Isso porque, a empresa exige que, para ocupar um cargo de gerência, o indicado tem que ter pelo menos dez anos de experiência gerencial em empresa de grande porte - o que não é o caso do amigo de Bolsonaro.

Já em casos de progressão gerencial interna, é exigida a atuação por pelo menos um ano como gerente geral ou três anos como gerente setorial. Mas, Nagem nunca ocupou tais postos desde que começou a trabalhar na estatal. Ele ingressou na Petrobrás

em 2007 como Administrador Júnior e atualmente ocupa o cargo Administrador Pleno.

Além disso, a indicação de Carlos Nagem viola preceitos previstos no próprio Plano de Cargos e Remuneração (PCR) - implantado de forma unilateral pela Petrobrás no ano passado, de forma a suprimir o Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC). Isso porque Nagem é um profissional de nível pleno e está sendo

alçado a um cargo gerencial que exige profissionais de nível sênior ou máster - triplicando assim o seu salário atual.

Apesar de Nagem ter tido o currículo enaltecido por Bolsonaro como justificativa para sua indicação, a própria Petrobrás já havia esclarecido durante a campanha de implementação do PCR junto aos trabalhadores que títulos acadêmicos não justificam aceleração na carreira ou, até mesmo, aumento da remuneração. No documento “Perguntas e Respostas sobre o PCR”, a própria empresa informa que “a proposta do PCR é avaliar as pessoas por suas entregas e não por suas titulações”.

Segundo o diretor de comunicação do **Sindipetro/MG**, Felipe Pinheiro, essa medida revela a falsa meritocracia pregada pela gestão da Petrobrás e pelo governo Bolsonaro.

“Por mais que a administração da empresa pense em quadros de sua confiança para cargos estratégicos, isso não pode ser feito desrespeitando os procedimentos internos. A nomeação de alguém tratado como ‘amigo’ é um insulto a categoria petroleira”, afirmou.



Jair Bolsonaro (PSL) e seu amigo Carlo Victor Guerra Nagem, indicado para Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobrás

Filho de Mourão ‘ganha’ cargo com salário de R\$ 36 mil no Banco do Brasil

Seguindo a tendência de voltar atrás em seus anúncios e decisões, o governo Bolsonaro recuou em sua promessa de campanha de “acabar com a mamata no Brasil” e, além de Nagem, também presenteou o filho do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, com um alto cargo no Banco do Brasil.

Antônio Hamilton Rossell Mourão foi promovido à assessoria especial do presidente do Banco do Brasil e passará a receber R\$ 36,6 mil, o triplo de seu salário atual. Funcionário de carreira do banco há quase 20 anos, o filho de Mourão era assessor na área de agronegócio da instituição.

Após questionamentos, o vice de Bolsonaro veio a público dizer que o filho chegou a ser prejudicado durante o governo PT e que: “Agora, que o vento é a favor, ele foi favorecido por suas qualidades”. Disse ainda que a indicação era fruto de “excelentes serviços, conduta irrepreensível e por absoluta confiança pessoal do presidente do banco”.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Essa incoerência motivou uma Ação Civil Pública (ACP) movida pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) contra o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. A FUP alega improbidade administrativa em função da nomeação de Nagem para a Gerência Executiva de Inteligência e Segurança Corporativa.

Segundo o assessor jurídico da FUP, Normando Rodrigues, o PCR prevê que a empresa só possa ser representada por profissionais de nível sênior e máster, sendo que trabalhadores de nível sênior somente repre-

sentam a Petrobrás em projetos de menor complexidade.

“Para a indicação a cargo do grau de atribuições e responsabilidades de um ‘gerente executivo’, o PCR prevê empregados de grau ‘máster’. Se a norma interna da Petrobrás, o PCR, é destituída de validade, e não tem império sobre a organização empresarial, este é um fato relevante que deve imediatamente ser comunicado aos acionistas, consoante as normas da Comissão de Valores Mobiliários. No entanto, se o PCR tem validade, não pode o indicado ser nomeado em cumprimento à indicação”, destacou.



CONSELHO DA PETROBRÁS É APARELHADO PARA ATENDER A PRIVATIZAÇÕES

Na tentativa de aparelhar a administração da Petrobrás aos objetivos do novo presidente Roberto Castello Branco, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) indicou três novos membros para o Conselho de Administração da companhia. Uma das hipóteses mais provável, segundo o conselheiro eleito Danilo Silva, é criar condições para as privatizações.

“A princípio me parece uma estratégia muito clara de criar um ambiente favorável para a venda de ativos e redução do tamanho da Petrobrás, principalmente na área do refino”, destacou o representante dos trabalhadores no Conselho.

Foram indicados almirante de esquadra e até então comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, para a presidência do Conselho; o geólogo e ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo, John Milne Albuquerque Forman; e o economista e ex-presidente da Claro, João Cox. Eles deverão substituir Luiz Nelson Carvalho, Francisco Petros e Durval José Soledade Santos - que renunciaram ao cargo.

Segundo Danilo Silva, a indicação que mais causou estranheza foi a do geólogo John Forman. Isso porque ele

já foi condenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informação privilegiada na venda de ações da petroleira HRT (conhecida como PetroRio). A repercussão acabou por levá-lo à renúncia ao cargo na última terça-feira (15).

Em nota, a Petrobrás informou que recebeu carta de renúncia do indicado. “Forman agradeceu o convite para participar do Conselho de Administração e informou que as razões para tal decisão são de ordem pessoal, visando evitar qualquer tipo de constrangimento ou problema para a companhia, considerando as notícias veiculadas na imprensa, desde a sua indicação, sobre condenação em processo na CVM, que se encontra atualmente em discussão no judiciário”.

Outra dúvida é em relação à postura que será adotada pelo presidente do Conselho, o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira. “Historicamente, quadros da Marinha e da Aeronáutica sempre estiveram mais alinhados ao nacionalismo e à preservação dos bens públicos, principalmente na área do petróleo. Então, é preciso ver se ele estará do lado do povo brasileiro ou se será um ponto fora da curva”.

Em comunicado oficial, a estatal informou que: “as referidas indi-



cações ainda serão submetidas aos procedimentos de governança corporativa da Petrobrás, incluindo as respectivas análises de conformidade e integridade requeridas pelo processo sucessório da companhia, com apreciação pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, e pelo Conselho de Administração e, posteriormente, pela Assembleia Geral de Acionistas”.

Ainda na mesma nota, o presidente da Petrobras afirmou que as modificações na administração da companhia refletem “a nova orientação” para a empresa. “Foi um ciclo que se encerrou. Uma nova era se inicia com uma visão estratégica de longo prazo e objetivo de geração de valor para os acionistas e para o Brasil”, disse.

CESSÃO ONEROSA

Outra hipótese é de que a nova composição do Conselho tenha sido pensada de forma a atuar juntamente com o Ministério de Minas de Energia, que será comandado pelo almirante Bento Albuquerque.

Segundo informações do jornal Valor Econômico, uma das pautas que deve ser colocada em breve e que o governo Bolsonaro teria interesse em garantir a maioria dos votos no Conselho seria a redução do valor pago à Petrobrás pela revisão do contrato de cessão onerosa.

Ainda conforme o jornal, diante da crise fiscal no Brasil, o ministro da Economia Paulo Guedes estaria intencionando reduzir o montante a ser pago à estatal.

Petrobrás anuncia retomada de privatizações no setor de Exploração e Produção

Após decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a Petrobrás anunciou na última segunda-feira (14) a retomada das privatizações no setor de Exploração e Produção. A medida dá forças ao projeto privatista do novo presidente, Roberto Castello Branco.

A decisão do ministro Toffoli, publicada no dia 11, suspende a liminar proferida por Marco Aurélio Mello em dezembro de 2018 até que o caso seja avaliado pelo plenário STF, o que deve ocorrer em 27 de fevereiro.

A liminar do ministro Marco Aurélio dizia que cabe ao Congresso legislar sobre normas de licitação em estatais. Dessa forma, a liminar suspendia os efeitos de um decreto do ex-presidente Michel Temer, que estabelece regras de governança para cessão de direitos de exploração pela Petrobrás. O texto permite, entre outras coisas, que a companhia venda campos de petróleo sem licitação.

Diante da suspensão da liminar, a Petrobrás informou por meio de nota que “retomará a publicação de even-

tuais oportunidades relacionadas a novos projetos de desinvestimentos de E&P, seguindo o curso normal de seus negócios”.

Informou ainda que em relação às suas 254 concessões em campos maduros em terra e águas rasas “encaminhou para a ANP a informação de que está em processo de desinvestimento em cerca de 70% delas, solicitando prazos compatíveis para sua conclusão pelo fato de a Petrobras seguir sistemática interna de desinvestimentos validada pelo TCU”.

A Petrobrás também alegou que a privatização e a venda de campos maduros se faz necessária para a “redução do seu nível de endividamento e geração de valor através da gestão ativa de portfólio, em linha com seu Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2019-2023”.

No entanto, estudos do Inep apontam que a Petrobrás tem condições de atingir as metas colocadas no Plano Estratégico sem ceder a interesses estrangeiros por meio da entrega do pré-sal e da venda de ativos.